



Recebido em: 13/11/2020  
Aprovado em: 01/12/2020  
Publicado em: 20/12/2020

[TRADUÇÃO]  
**CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS IDEIAS E DOS EVENTOS NOS  
TEMPOS MODERNOS**  
tomo primeiro

*Philippe Lacour*<sup>1</sup>  
*Jade Oliveira Chaia*<sup>2</sup>  
*Felipe Matos Lima Melo*<sup>3</sup>  
*Manuella Mucury Teixeira*<sup>4</sup>  
*Mariana Mendes Sbervelheri*<sup>5</sup>  
*Michelly Alves Teixeira*<sup>6</sup>

**CONSIDERATIONS SUR LA MARCHE DES IDEES ET DES EVENEMENTS DANS  
LES TEMPS MODERNES**

tome premier

Por

*Augustin Cournot*

[Tradução de Philippe Lacour, Jade Chaia, Felipe Melo, Manuella Mucury, Mariana  
Sbervelheri, Michelly Teixeira]

---

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade de Brasília. E-mail: [unb@philippelacour.net](mailto:unb@philippelacour.net).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424210911031934>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-584X>.

<sup>2</sup> Mestranda pelo PPGDL-UCDB. Graduanda em Filosofia pela Universidade de Brasília. E-mail: [jade.joc@gmail.com](mailto:jade.joc@gmail.com).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256651921407653>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

<sup>3</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade de Brasília. E-mail: [felipemelounb@gmail.com](mailto:felipemelounb@gmail.com).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0491287669927680>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9257-405X>.

<sup>4</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche na Université Paris-Diderot (Paris VII -Sorbonne). E-mail: [mucuryrev@gmail.com](mailto:mucuryrev@gmail.com).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5873341738867668>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0320-2113>.

<sup>5</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas. Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília. E-mail: [marisbervelheri@gmail.com](mailto:marisbervelheri@gmail.com).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3071214480323941>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-0160>.

<sup>6</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na linha Ética, Filosofia Política e Filosofia da Religião, pela Universidade de Brasília. E-mail: [michellyteixeira@hotmail.com](mailto:michellyteixeira@hotmail.com).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6860370367827142>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.



## PREFÁCIO

*Discurrere per negotiorum celsitudines,  
non humiliumj mimilias indagare causarum.*  
AMM.MARCELL. XXVI, 1

Na maior parte das grandes histórias que escrevemos ou que reescrevemos nos dias de hoje, à narrativa detalhada dos eventos políticos e militares, que continuamos a olhar como base da história, é usual juntar, na forma de complemento ou apêndice, um esboço dos progressos do espírito humano nas ciências, nas artes, na indústria, durante o mesmo período. Por que não seguir às vezes um caminho inverso, tomando por base de seu objeto o trabalho do espírito humano, e por acessório ou apêndice, como em um elogio acadêmico, o que é de certa forma apenas a biografia em uma escala maior, a biografia de um povo ou a do gênero humano? Tampouco nos faltam exemplos que já autorizam esta inversão de ordem, e podemos dizer que é prescrito, assim que se eleva da consideração das coisas que passam àquela da sua razão imutável. Se o homem é apenas uma parte mínima do grande todo, e se, deste ponto de vista especulativo, o conhecimento da economia geral do mundo deve superar aquela da economia de nossas sociedades, por que não levar em conta, no quadro do progresso do conhecimento humano, a ordem que subsiste efetivamente entre os objetos de nossos conhecimentos? Seria para se conformar à utilidade prática? Mas nesse caso seria necessário então, em uma análise histórica dos progressos do espírito humano, fazer passar a medicina antes da astronomia e da física, pois os progressos da medicina nos interessam mais significativamente que o conhecimento dos movimentos dos corpos celestes ou das leis da física. E, no entanto, isso é o que nós nunca imaginamos fazer nas análises das quais falamos; e do mesmo modo, do fato que os dogmas religiosos e as instituições políticas têm na prática muito mais importância direta para os indivíduos e os povos, que as ciências e a filosofia possam ter, não é, na ordem de puras especulações, um motivo suficiente de lhes avançar sobre a ciência e a filosofia.

A própria história se encarrega de manifestar em longa duração a subordinação teórica do particular ao geral. Não estamos ainda muito distantes do século dezessete; e já Galileu, Descartes, Pascal, Newton, Leibniz interessam a grande família humana muito mais do que todas as disputas religiosas ou políticas do mesmo tempo. Duas nações apenas, a Inglaterra e a França, poderiam ainda hesitar em subscrever a essa decisão do senso comum das nações, lembrando, aquela, da sua revolução política, tão fecunda em grandes consequências, esta do brilho que refletiu e que, depois de tantas calamidades, ainda reflete nela do esplendor do grande



reinado. Mas quanto mais avançamos, mais o traço luminoso do grande século parece pertencer a um outro mundo que o nosso, a instituição política da Inglaterra perde de sua originalidade, enquanto Galileu, Descartes, Pascal, Newton, Leibniz só crescem na história do espírito humano. A partir de agora, pois, nós concebemos que, em um quadro geral, esses estudiosos, esses filósofos tinham sobre os guerreiros, políticos, controversistas, oradores do púlpito e da tribuna, uma preeminência que o mundo de seu tempo estava bem longe de lhes atribuir. E se somos levados a adotar tal ordem quando se trata do século XVII, a analogia não quer que nos conformemos a ela para os séculos mais próximos? De qualquer forma, é a ordem que temos tido em vista; é para revelá-la, correndo o risco de incorrer a censura da esquisitice, que tomamos a caneta; e convinha advertir ao leitor que esta ordem poderia ofender, a ponto de dispensá-lo do trabalho de acusar mais ainda o autor.

Essas primeiras reflexões, bem como o título de nosso livro, indicam suficientemente que ele pertence, não ao gênero da composição histórica, mas ao que acostumamos chamar de “filosofia da história”. Ora, isso nos obriga, para não enfrentar muitos preconceitos ao mesmo tempo, a dizer em que nossa filosofia da história difere essencialmente da de muitos outros, que tiveram a pretensão de descobrir *leis* na história. Que haja ou não leis na história, basta que haja *fatos*, e que esses fatos sejam ora subordinados uns aos outros, ora independentes uns dos outros, para que exista uma crítica cujo objetivo é de distinguir, aqui a subordinação, lá a independência. E como essa crítica não pode pretender a demonstrações irresistíveis, da natureza daquelas que conferem a certeza científica, mas que seu papel se limita a fazer valer analogias, induções, do gênero daquelas das quais é preciso que a filosofia se contente (sem isso, seria uma ciência, como muitos sonharam, mas sempre inutilmente, e não mais a filosofia), segue-se que estamos perfeitamente em direito de dar à crítica em questão, tão atraente não obstante suas incertezas, o nome de “filosofia da história”. Isso vale neste sentido tanto para a história dos povos como para a história da natureza, que não deve ser confundida com a ciência da natureza, porque elas têm por objeto principalmente, uma *leis*, a outra *fatos*, mas *fatos* que podem adquirir uma proporção tão grande, ter consequências tão vastas e duráveis, que nos parecem ter e que têm efetivamente a mesma importância que *leis*. Porém, a razão não concebe menos a diferença radical das *leis* e dos *fatos*: umas válidas em todo tempo, em todo lugar, por uma necessidade que resulta da essência permanente das coisas; os outros trazidos por um concurso de *fatos* anteriores, e determinando, por sua vez, os *fatos* que devem seguir. Há na história de um povo, como na biografia do indivíduo mais humilde, independentemente do que é devido às suas disposições nativas e às *leis* constantes da Natureza, dos *fatos*, dos acidentes que afetam todo o curso de seus destinos. A crítica filosófica não tem nenhum motivo de se



ocupar com fatos como esses, de tais acidentes, em relação a um homem comum: ela se aplica a isso com grande razão quando se trata da vida de um povo, e especialmente de um povo cuja vida influenciou os destinos de toda a humanidade. Podemos, portanto, desconfiar muito das *leis*, das *fórmulas* em história, que têm ocupado e muitas vezes desviado tantas mentes, sem que seja necessário, a nosso ver, prejudicar o que constitui efetivamente a filosofia da história.

Impossível entregar-se ao tipo de crítica da qual falamos, sem ser a cada instante conduzido a se questionar como as coisas teriam provavelmente tornado, sem o acidente ou o incidente que imprimiu um outro curso aos acontecimentos. O historiador se abstém tanto quanto pode de perseguir tais hipóteses, da mesma forma que ele se abstém de previsões para o futuro, e ele tem bastante razão, pois esse não é o objetivo da história propriamente dita. É para ele uma tarefa já bastante grande de ser em todos os lugares verdadeiro e claro, unindo, quando é preciso, o talento de emocionar ao de narrar. Mas, para um tipo de crítica que só pode se basear sobre induções, a hipótese é apenas vã lá onde a indução falha; e enquanto a indução apoia suficientemente a hipótese, esta, que é apenas um meio de revelar a indução, se encontra suficientemente justificada. Isso basta para entender que a dificuldade e o mérito da crítica se encontram na justa e sóbria medida da indução e da hipótese.

Para a história dos tempos modernos a qual se aplica nosso ensaio de crítica, temos apenas uma observação a fazer aqui. Cada século da história moderna sendo o objeto de um quadro ou de um *livro* à parte, o que fazer da Revolução Francesa? Pertencerá ao século XVIII ou ao século XIX? Será partilhada ou inserida entre os dois? Não temos escolhido nem uma nem outra dessas opções, e temos atribuído à Revolução Francesa um sexto e último livro depois dos séculos XVIII e XIX. Isso quer dizer que ao tentar aplicar em grande escala os princípios mencionados acima, preferimos que a ordem que nos parece a mais adequada para distinguir tanto quanto possível, nos fatos que atraíram há mais de três quartos de século a atenção do mundo, o que se deve a causas gerais cuja ação se teria feito sentir, mesmo que tivesse sido possível prevenir ou reprimir a Revolução na França, e o que se deve às causas locais ou especiais que determinaram na França uma crise revolucionária. Do ponto de vista da história *pragmática*, como dizem os alemães, ou, em outras palavras, do ponto de vista do historiador por profissão, essa distinção pode parecer demasiado sutil, ou demasiado incerta, ou demasiado destituída de utilidade prática. Nos parece essencial do ponto de vista da filosofia da história, e lamentaríamos se a condenassem em uma tentativa demasiado imperfeita.

Neste momento, pedimos a permissão de entrar em algumas explicações mais pessoais ao autor: pois, se é conveniente sempre que o autor se esconda no seu livro, não lhe é proibido se mostrar por um momento no prefácio. Recordemos, portanto, que o autor do presente livro



não é, longe disso, um iniciante; que ao contrário, ele, há muito tempo, apresentou ao público suas ideias sobre diversos temas de grande importância: ideias que procedem todas de uma certa maneira de filosofar que deve naturalmente valorizar, como todos os homens valorizam aquilo que os atraiu, fixou, divertiu, consolou durante todo o curso de uma longa vida. É necessário então esperar encontrar aqui as mesmas ideias retomadas em um novo ponto de vista, justificadas por novas perspectivas, às vezes expressas nos mesmos termos, quando não achamos poder encontrar termos mais claros e mais precisos. E pela mesma razão, o autor não pode esperar ter mais sucesso do que tiveram seus primeiros ensaios. Já na *Revue des Deux-Mondes* e no *Journal des Débats*, dois filósofos de grande renome, Senhores VACHEROT e TAINÉ, foram gentis em dizer “que nós não fomos lidos o suficiente”. É o que todo autor pensa de suas obras e o que nem sempre lhe dizemos. Somos tanto mais lisonjeados deste juízo, que nós não adotamos sem ressalvas as opiniões dos homens distintos que não tiveram medo de assumir tanto assim sua responsabilidade. Convenhamos assim, de bom grado, que à essa felicidade de obter alguns votos da elite, juntamos a infelicidade de ter sido pouco lidos. Para quem passou sua vida a compreender a teoria do julgamento indutivo, a indução é muito clara. Por isso, depois de ter escrito essas últimas reflexões sem pressa, nem mesmo lenta, não temos nenhuma para colocá-los em circulação, dispostos, em vez disso, a colocar em prática o conselho do poeta literalmente: *nonumque prematur in annum*.

*Paris, janeiro 1982*

P. S. Deixamos subsistir esta data que é realmente esta do livro e que, se necessário, esclarecerá algumas passagens, se os nossos centuriões, como as de Nostradamus, alguma vez tiveram de encontrar comentadores. Desde janeiro de 1868, o autor teve, como tantos outros, a sua parte das desgraças públicas, sem contar com as aflições domésticas; e quando regressou a Paris depois de uma longa ausência, o coração cheio da recordação da hospitalidade suíça, teve vontade de ler o seu manuscrito, escapando às bombas e ao petróleo que destruíram de mais precioso. Esperava vê-lo atrasado, e, no entanto, esta leitura não lhe fez sentir a necessidade de nenhuma mudança notável, a não ser as rebaixas consideradas necessárias, para não engordar por demasiado dois volumes que talvez o leitor ainda achará demasiado grande. Que ele nos absolva deste último pecado e nos permita, de autor, o que os tipógrafos do século XV colocavam ao final de suas edições, *explicita felicitar*.

*Paris, março 1872.*



*Recebido em: 13/11/2020*  
*Aprovado em:01/12/2020*  
*Publicado em: 20/12/2020*

## ***LIVRE PREMIER***

### ***Prolégomènes***



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### DA ETIOLOGIA HISTÓRICA E DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Creemos ter esclarecido em outras obras e definido, mais exatamente do que haviam feito nossos antecessores, a ideia do *acaso*, mostrando que não é absolutamente, como outros tanto repetiram, um fantasma criado para disfarçar a nós mesmos nossa ignorância, nem uma ideia relativa ao estado variável e sempre imperfeito dos nossos conhecimentos, mas, bem ao contrário, a noção de um fato verdadeiro nele mesmo, e cuja verdade pode ser, em certos casos, estabelecida ou, mais ordinariamente, constatada pela observação, como aquela de qualquer outro fato natural. O fato natural assim estabelecido ou constatado consiste na *independência* mútua de várias séries de causas e efeitos que concorrem *acidentalmente* para produzir tal fenômeno, para provocar tal encontro, para determinar tal evento, o qual, por esta razão, é qualificado de *fortuito*; e essa independência entre elos particulares não exclui de forma nenhuma a ideia de uma suspensão comum de todos os elos a um mesmo anel primordial, além dos limites, ou mesmo aquém dos limites, que os nossos raciocínios e nossas observações podem alcançar. De que a Natureza agite sem parar e em todo lugar os dados do acaso, e de que o cruzamento contínuo de cadeias de condições e causas segundas, independentes umas das outras, dê perpetuamente lugar ao que nós chamamos de *sorte* ou de combinação fortuita, não se segue que Deus não tenha na sua mão absolutamente umas e outras, e que não tenha podido as fazer sair todas de um mesmo decreto inicial. Não se falta mais respeito a Deus estudando as leis do acaso (pois o próprio acaso tem suas leis, o que a multiplicidade de testes evidencia), do que estudando as leis da astronomia ou da física. A própria razão nos impõe a ideia do acaso; e o erro imputável a nossa ignorância consiste, não em nos forjar essa ideia, mas em mal aplicá-la, do que temos muitos exemplos, mesmo entre os mais hábeis. Ela é o princípio de toda espécie de crítica, seja tratando-se das mais altas especulações da filosofia, ou das pesquisas da erudição, ou da prática a mais ordinária da vida. Ela é a chave da *estatística*, e dá um sentido incontestável ao que se chamou de *filosofia da história*, ao que nós preferiríamos chamar de *etiologia histórica*, entendendo por isso a análise e a discussão de causas ou de encadeamento de causas que concorreram para produzir os eventos dos quais a história oferece a imagem; causas que se trata de estudar, sobretudo, do ponto de vista de sua independência ou de sua solidariedade. Para dar algum valor aos numerosos sistemas de que a filosofia da



história foi objeto, é preciso sempre voltar aos princípios da crítica ou da etiologia histórica.

— Nos fatos detalhados que são o objeto usual da estatística, e nos quais os testes do mesmo acaso são contados aos milhares, aos milhões, o efeito da acumulação dos testes é de operar a compensação de todas as particularidades fortuitas, acidentais, e de pôr em evidência a ação das causas, por mais fracas que sejam, cuja influência permanente reside nas condições essenciais da produção do fenômeno, e prevalece ao longo do tempo sobre a ação de causas mais vigorosas, mas fortuitas e irregulares. No entanto, a distinção entre o essencial e o acidental não depende fundamentalmente da repetição dos testes; ela subsiste tanto para um único teste como para um grande número de testes do mesmo acaso, embora não tenhamos o critério experimental da estatística para distinguir ambos. Na ausência desse critério, a razão tem outros, em particular o que deriva da ideia que ela se faz e que ela deve se fazer da *regularidade da lei*, e da *irregularidade do fato* ou do acidente.

Em todo lugar no universo, e sobre todas as escalas de grandeza, a natureza nos oferece o contraste da lei e do fato, do essencial e do acidental. Uma nebulosa que o telescópio distingue no meio de um aglomerado de estrelas agrupadas de forma irregular é assim formada fortuitamente, acidentalmente, por um acidente cujas proporções ultrapassam, pelas dimensões e pela duração, tudo o que é possível à nossa imaginação de capturar: em vez de a constituição do sol e dos planetas em esferoides achatados pertence a uma lei ou a uma necessidade natural. Ao mesmo tempo em que a geologia nos fala sobre uma sequência regular de formações e de épocas em todo lugar reconhecíveis, ela nos ensina também que em todo o lugar, em todas as épocas, a crosta de nosso globo foi submetida à causas locais e acidentais de deslocamento, de elevação, de rebaixamento, que finalmente chegaram a dar aos continentes atuais seus relevos e seus contornos, e a semear em nossos mares atuais as ilhas e os arquipélagos, como as estrelas e os aglomerados de estrelas são semeadas nos espaços celestes. Por vezes o abalo sísmico teve apenas uma ação muito limitada; outras vezes ele se fez sentir de longe, nos círculos de grandes raios ou sobre imensos alinhamentos: ele teria então podido se estender ao globo inteiro e deixar traços que não se apagarão jamais, sem despojar por isso o caráter acidental, e sem cessar de contrastar, por isso, com a lei das formações regulares. A espécie humana pereceria em um cataclisma universal, e não seria menos verdadeiro que ela pereceu por acidente, como o indivíduo que se afoga em um transbordamento do rio; e esse julgamento portado pela razão não teria nada de





irreconciliável com a crença que faz olhar o acidente como um castigo infligido, seja ao indivíduo, seja a espécie. Ao contrário, as espécies que foram extintas sem que nenhuma convulsão geológica viesse acidentalmente mudar as condições do meio, pereceram por uma necessidade de natureza, como um indivíduo que morre de velhice.

Observemos que a ideia de um fato acidental não implica a hipótese absurda de um efeito sem causa, nem a ideia de um fato que a sabedoria dos homens teria podido impedir, ou pelos menos prever, nem ao contrário à de um fato que escapa a toda previsão. Admitam que o calor solar e o calor próprio da terra se dissipem gradualmente, de maneira que tenha de vir um tempo, na verdade bastante distante, no qual a terra deixaria de poder nutrir os seres vivos, e vocês terão a ideia de um fenômeno determinado em virtude de causas normais, regulares, essencialmente ligadas à constituição do sistema que regem. Suponham ao contrário, como se imaginou algumas vezes, que, no espaço sem limites e para além do sistema solar, circula atualmente um cometa destinado a colidir um dia com a terra e a destruir as espécies vivas pela sua influência maligna: será o exemplo de uma causa acidental, e que não perderia o caráter de causa acidental, mesmo que os astrônomos fossem desde já capazes de calcular a época da colisão. Teremos um outro exemplo do mesmo contraste, se opomos ao fenômeno regular dos mares, cujos cálculos se encontram nos efemérides, o acidente da ruptura de uma geleira ou de um lago de montanha; e este último fenômeno não deveria ser menos chamado de acidental, porque os progressos da meteorologia e da geognosia permitiriam assinalar a data de antemão, ou porque os homens poderiam se precaver contra os desastres da inundação por meio de proteções, barragens ou reflorestamentos.

— As mesmas considerações são aplicáveis na ordem dos fatos históricos, com exceção das dificuldades da aplicação efetiva. As condições da sociedade mudam lentamente no decorrer dos séculos, em virtude de causas íntimas e gerais cuja ação se distingue através de todos os incidentes da história; e, ao mesmo tempo, bruscas agitações, às quais damos o nome de revoluções, determinadas por causas locais e acidentais, exercem aqui e ali ações cujo alcance varia de extensão. Frequentemente, esses movimentos começam e acabam sem que haja modificações sensíveis nas condições do estado social; e, desde o estabelecimento do islamismo, a Ásia muçulmana oferece mil exemplos de revoluções desse gênero. Outras vezes, e quando as revoluções modificam as sociedades em profundidades suficientes, a fisionomia e os resultados das revoluções carregam a marca de uma época, indicam as fases nas quais a civilização e o estado social chegaram na sua marcha lenta e secular, sob o império de causas que nós qualificamos



como regulares, porque elas são simples, e cuja própria simplicidade denota que elas são mais da ordem dos princípios ou da essência das coisas. Pode acontecer que, pelo resultado dos próprios progressos da civilização, e pelo aperto do laço de solidariedade entre os povos, a agitação revolucionária tenha sua repercussão no mundo civilizado por inteiro: no entanto, não será ainda aqui senão um fato, na verdade de primeira importância, um colossal acidente, que poderá até deixar traços indelévels, mas que o homem que raciocina não confundirá com os efeitos que resultam das causas gerais e seculares, em virtude de uma necessidade de natureza.

— Sem a distinção do necessário e do fortuito, do essencial e do acidental, não teríamos mesmo ideia da verdadeira natureza da história. Representemos um registro como os mantidos pelos sacerdotes da alta antiguidade ou pelos monges dos tempos bárbaros, no qual inscrever-se-iam em suas datas todos os fatos considerados maravilhosos ou singulares, maravilhas, nascimentos de monstros, aparições de cometas, relâmpagos, terremotos, inundações, epidemias: isto não será uma história; por quê? Porque os fatos sucessivamente relatados são independentes uns dos outros, não oferecem nenhuma relação de causa para efeito; em outras palavras, porque sua sucessão é puramente fortuita ou o puro resultado do acaso.

Se fosse um registro de observação de eclipses, oposições ou conjunções de planetas, retornos de cometas periódicos ou outros fenômenos astronômicos do mesmo gênero, sujeitos a leis regulares, tampouco teríamos história, mas por uma razão oposta: a saber porque o acaso não exerce nenhum papel na disposição da série, e porque em virtude das leis que regem essa ordem de fenômenos, cada fase determina completamente todas as que devem seguir.

Em um jogo de puro azar, como o *trinta-e-quarenta*, a acumulação das rodadas, das quais cada uma é independente daquelas que a precedem e fica sem influência sobre aquelas que a seguem, pode bem dar lugar a uma estatística, não a uma história. Ao contrário, em uma partida de gamão ou de xadrez, na qual as rodadas se encadeiam, na qual cada rodada possui influência sobre as rodadas seguintes, de acordo com o seu grau de proximidade, sem, no entanto, as determinar absolutamente, seja por causa do dado que continua a intervir nas rodadas subsequentes, seja por causa da parte deixada para livre decisão de cada jogador, se encontram, sem considerar a futilidade dos interesses ou dos amores-próprios colocados em jogo, todas as condições de uma verdadeira história, tendo seus instantes críticos, suas peripécias e seu desfecho.



— Se as descobertas nas ciências pudessem, indiferentemente, se suceder em qualquer ordem, as ciências teriam anais sem ter história: pois, a superioridade da história sobre os simples anais consiste em oferecer um fio condutor, graças aos quais apreendemos certas tendências gerais, que não excluem os caprichos do acaso nos acidentes de detalhes, mas que prevalecem à longo prazo, pois eles resultam da natureza das coisas no que ela tem de permanente e de essencial. Em outra hipótese extrema, em que uma descoberta devesse necessariamente levar a outra e esta, a uma terceira, em uma ordem logicamente determinada, não haveria tampouco, propriamente falando, história das ciências, mas, somente, um índice cronológico de descobertas: toda a parte do acaso reduzindo-se a aumentar ou a estreitar os intervalos de uma descoberta à outra. Felizmente, para o interesse histórico, nem uma nem outra hipótese extrema podem ser admitidas; e, no entanto, à medida que o trabalho científico se organiza, que o número dos pesquisadores aumenta e que os meios de comunicação entre os pesquisadores se aperfeiçoam, é evidente que nós nos aproximamos mais da última hipótese em que, por eliminação praticamente total do acaso, as ciências teriam saído de fato daquilo que podemos chamar a *fase histórica*.

Há boas razões para que a parte do acaso permaneça sempre bem maior na história política do que na das ciências: e, no entanto, concebemos que essa parte deve se reduzir quando a importância dos grandes personagens é apagada diante das luzes e da contribuição de todos; quando as forças que compõem o número e a medida tendem por todo lado a prevalecer sobre a exaltação bem mais acidental, bem menos durável, dos sentimentos e das paixões. Durante os tempos remotos, antes do aparecimento dos homens superiores que fundam a civilização dos povos, estes ainda não têm uma história, não apenas porque faltam historiadores, mas porque, sob o império das forças instintivas às quais as massas obedecem, faltam absolutamente as condições da história tal como a entendemos. Se nada impedir a civilização geral em sua marcha progressiva, também deve chegar uma época na qual as nações terão gazetas em vez de histórias; na qual o mundo civilizado será, por assim dizer, fora da fase histórica; na qual, a menos que constantemente voltemos a um passado distante, não haverá material a ser narrado por Humes e Macaulays, nem sequer por Tito Lívios ou Tácitos.

A história política (e seria preciso dizer o mesmo da história das línguas, das religiões, das artes e das instituições civis) ainda difere da história das ciências em um ponto importante. Podemos dizer que nas ciências cujo objeto subsiste, em tudo o que tem de essencial, independentemente da constituição e das invenções do espírito humano,



nada do que se deve ao capricho ou aos gostos particulares do inventor, aos acasos da descoberta ou da ordem na sucessão das descobertas, poderia indefinitivamente subsistir. O melhor, baseado na natureza das coisas, deve sempre vir a ser percebido, e logo posto em uma evidência irresistível. Ao contrário, na ordem dos fatos políticos e sociais, como na ordem dos fatos naturais, o que deveu sua origem a circunstâncias fortuitas pode deixar rastros sempre subsistentes ou mesmo, como na partida do jogador de gamão ou de xadrez, pode controlar todo o desenrolar dos eventos, assim como se se tratasse de qualquer dado natural, imutável por essência e totalmente subtraído ao poder do homem. Por que Júpiter tem sete luas em vez de seis? Por que nosso hemisfério boreal oferece muito mais terras emersas que o hemisfério austral? Por que a arcada dentária dos quadrúmanos americanos contém quatro dentes a mais que a dos quadrúmanos do velho continente? Aparentemente por acidente: mas as consequências de tais acidentes poderiam facilmente subsistir tanto quanto o mundo. O mesmo vale também para as instituições humanas; e daqui vem, na história política especialmente, esses momentos críticos, decisivos como são chamados, que nem sempre são aqueles em que se concentra o interesse épico ou dramático, nem que atiçam a curiosidade do procurador de anedotas, mas que devem chamar preferencialmente a atenção do filósofo, quando ele quer fazer etiologia histórica.

— Com efeito, por um lado, a filosofia está condenada por condição à procura da razão das coisas; por outro lado (como o indica a palavra *αἰτία*, *causa*, *razão*), a etiologia histórica consiste na procura e na discussão das causas cujo encadeamento compõe a trama histórica. Mas é preciso concordar sobre o tipo de causas. Que um general de exército tenha enfraquecido um dia de batalha devido a alguma indisposição da qual seu criado tem o segredo, ou que uma importante resolução de gabinete tenha sido tomada como resultado de uma intriga de boudoir, são causas das quais se mostra apreciador o procurador de anedotas, que podem mesmo fornecer ao moralista uma ocasião de voltar ao tema das fraquezas e misérias do homem, mas que são pouco dignas da etiologia histórica ou da filosofia da história, como a compreendemos. Em tais circunstâncias, bastava um capricho do acaso para intervir, modificar, suprimir uma longa cadeia de eventos; em outras, havia um resultado necessário, inevitável, no qual os dados essenciais da situação deviam enfim prevalecer sobre todos os acidentes fortuitos: eis o que interessa, não diremos a ciência histórica, pois não se trata aqui de demonstração científica, mas de filosofia da história que é bem obrigada, como toda filosofia, de contentar-se com analogias, induções, isto é, com probabilidades; exceto para usá-la com



circunspecção e com a sobriedade que a gravidade do sujeito ordena. Discutimos um tratamento médico e, em certos casos, não hesitamos a atribuir-lhe a cura ou a morte do doente, embora não possamos nunca ter a prova demonstrativa que o doente seria morto ou que seria curado, seja seguindo um outro tratamento, seja na ausência de todo tratamento. Para a etiologia histórica que apenas nasce, é já muito pretender a qualquer comparação com a etiologia médica da qual nos ocupamos há muito tempo.

Se insistirmos numa precisão perfeita de linguagem, será necessário dizer que a etiologia ou a filosofia da história se pergunta pela *razão* dos eventos em vez da *causa* dos eventos. Pois a ideia de causa implica a de uma ação, de uma força dotada de sua energia própria; e o que a crítica histórica deve destacar são, na maioria das vezes, resistências passivas, condições de estrutura e forma que prevalecem a longo prazo e no conjunto dos eventos sobre as causas propriamente ditas, aquelas que intervêm com o seu modo de atividade que lhe é próprio, na produção de cada evento em particular. Se jogarmos um dado um grande número de vezes, e o Ás aparecesse com muito mais frequência que as outras faces, será o indício de alguma irregularidade de estrutura ou de distribuição da massa, o que por si só pode dar *razão* da frequência observada, mas que intervém apenas passivamente, devido à inércia da matéria do dado, e que conseqüentemente não é uma *causa*, conforme o rigor do termo. Se usarmos, mesmo nesse caso, a palavra *causa*, e se dissermos que a irregularidade estrutural *atua* em uma direção favorável à aparição do Ás, só pode ser por uma dessas metáforas ou dessas transições que procuraríamos em vão proscriver da linguagem. Na realidade, teremos eliminado como acidental e fortuito, e como estranho ao objeto que temos em vista, tudo o que é devido à ação das causas propriamente ditas, isto é, forças impulsivas que, a cada rodada, variam irregularmente em intensidade e direção.

Da mesma forma,

... *Si magna licet componere parvis,*

os personagens chamados a comparecer na cena da história (da história como a compreendemos normalmente e como a devemos compreender frequentemente), monarcas, tribunos, legisladores, guerreiros, diplomatas, desempenham de fato um papel ativo, intervêm efetivamente na qualidade de causas eficientes na determinação de cada evento tomado separadamente. Eles ganham ou perdem as batalhas, fomentam ou reprimem as revoltas, redigem as leis e os tratados, produzem e votam as constituições. E como eles próprios chegam em cena como resultado das combinações da política, parece, antes de mais nada, que a política engendra e conduz todo o resto. No entanto, a



história política é, de todas as partes da história, aquela na qual entra visivelmente o de mais fortuito, acidental e imprevisto: de modo que para o filósofo "que despreza o fato", que quase não se preocupa com o acidental e o fortuito, quão brilhante seja o meteoro, quão retumbante seja a explosão, toda a história correria o risco de ser atingida com o mesmo desprezo que os caprichos da política, se não houvesse mais aparência do que realidade nesta conduta da história pela política, como por uma roda mestra, e se não fosse preciso distinguir entre o capricho humano, causa dos acontecimentos, e a razão dos acontecimentos, que acaba por prevalecer sobre os caprichos da fortuna e dos homens. Um príncipe fraco, brinquedo de uma amante ou de um favorito, é como nosso dado que um sopro altera em suas agitações; mas se ele se chama Luís XV ou Carlos IV, o fim da sua dinastia está escrito, seja qual for o sentido que a vontade débil da amante ou do favorito inclina sua fantasia no momento.

É devido a maior parte do acaso na trama dos eventos políticos, que a política virá sempre em último lugar e como acessoriamente neste esboço de crítica ou de etiologia histórica: enquanto ela vem sempre na primeira posição e como o principal objeto da história, na história escrita de maneira ordinária.

— Quem quer que tenha compreendido o sentido dessas reflexões, reconhecerá quanto são mal fundadas as eternas reivindicações daqueles que nós chamaríamos de bom grado de “os molinistas em história”, contra toda filosofia da história, na medida em que ela conduziria a um pretense fatalismo histórico, reputado incompatível com a ideia que devemos ter do livre arbítrio do homem como agente moral. Não mais que a estatística, a história e a filosofia da história não lutam contra a liberdade do homem e não o descarregam da responsabilidade de seus atos. Porque a estatística judiciária mostrou como a inclinação ao crime varia de acordo com os sexos, as idades, as condições, e quão pouco varia, em numerosas populações, o número da criminalidade, quando as condições do meio social permanecem as mesmas, pararemos de odiar e de punir o criminoso? Tanto valeria o contrário, como o fazem os povos infantis, atribuir caprichos, uma fantasia no sentido próprio da palavra, uma boa ou má vontade à força mecânica que lança o dado, ao sopro que move o cata-vento. A teoria do concurso das forças é uma teoria lógica e abstrata, independente da natureza concreta de cada força em particular. Quando se trata de uma força da qual a estatística, graças à multiplicidade das provas, elimina os efeitos irregularmente variáveis, que importa que a força eliminada entre na categoria das forças mecânicas, ou das forças vitais e instintivas, ou das forças morais? Em cada caso particular em que ela aparece como a verdadeira causa, como a força operativa, sua



natureza importa muito ou até mesmo é tudo o que importa. O jurado quer saber se tem diante dele um idiota, um maníaco ou um homem moralmente responsável por seus atos; ele não quer saber da estatística judiciária para dar seu veredicto: enquanto o legislador consulta a estatística para julgar o mérito de uma instituição, sem considerar as anomalias monstruosas, e sem se preocupar com o caso particular cujo ônus incumbe ao jurado. Na verdade, a história não dispõe, como a estatística, de milhares e de milhões de casos particulares, independentes uns dos outros; o que faz com que a estatística seja com toda razão uma ciência qualificada de positivo, e que a filosofia da história seja apenas uma filosofia; mas se esta última não obtém da mesma maneira e com o mesmo grau a eliminação das causas que permaneceram acidentais, não obstante a sua qualidade de causas eficientes ou operativas, podemos aí aplicar as mesmas observações referentes ao julgamento a ser dado sobre a natureza intrínseca das causas que atuam. A filosofia da história não é mais jansenista que molinista, não mais indulgente que severa; ela não é acusada nem de condenar, nem de absolver, nem de anistiar, nem de proscrever. Ela faz a seu modo, na medida do possível, a separação das causas acidentais e das causas constantes, a separação do acaso e a da necessidade, tarefa já muito árdua; e ela deixa à história propriamente dita a tarefa de dar seu veredicto sobre os homens que seu destino pediu para aparecer diante de seu formidável terrível tribunal.

— Não se deve confundir a etiologia histórica, que para nós é a filosofia da história, com a história da civilização, nem com um tipo de história geral do gênero humano ou, como agora se diz, da humanidade. A civilização inclui uma história e uma etiologia histórica, como as religiões, como as instituições civis, como a filosofia e as artes, como as ciências, como o comércio e a indústria; pois a civilização abarca tudo isso. A história da civilização oferece mais especificamente semelhanças com a história das ciências na medida em que, se a civilização própria a tal ou tal povo pode declinar, existe um fundo comum de civilização que sempre progride à maneira das ciências ou da indústria. E de um outro lado, tanto quanto a história das ciências que tem os seus *desertos*, como são chamados, a história da civilização tem os seus. Existem tempos em que detalhes da trama histórica são tão confusos, e em que os povos se agitam avançando tão pouco em um sentido ou no outro, que parece que se poderia fadar todos esses detalhes ao esquecimento, sem que a inteligência do conjunto nisto perdesse algo, como consagram-se de bom grado tantas aventuras de povos que desapareceram ou que desaparecerão da terra sem terem saídos da vida selvagem, sem terem vivido da vida histórica. Será conseqüentemente, se se pretende, o trabalho de um filósofo isolar e realçar



a história da civilização por meio de tantos detalhes de mínima importância, mas não será precisamente a filosofia da história, e absolutamente não se deverá confundir o interesse que se apega à marcha de uma civilização progressiva com o que faz nascer a história de todo povo que efetivamente chegou à fase histórica da sua existência.

Quanto às ideias que gostamos de nos fazer sobre os destinos da gênero humano, do objetivo final da civilização, do papel de alguns povos privilegiados em vista da procura desse objetivo final, todas essas ideias que já ocuparam tantos espíritos e sobre as quais os espíritos estão tão pouco de acordo, pertencem bem, se quisermos, à filosofia da história, mas a uma filosofia transcendente, ambiciosa, hipotética, que não é a crítica da qual ouvimos falar e da qual gostaríamos de oferecer, tanto que o permite um esboço rápido, alguns modestos ensaios. Se nos permitimos recorrer ao vocabulário de Kant, diremos que outra coisa é a *etiologia*, outra coisa a *teleologia* histórica.

Uma comparação esclarecerá esta linguagem abstrata. Que o gênero humano valha a pena, que sua história se desenvolva de acordo com um plano conhecido ou decretado como um todo, e que a filosofia da história teria a tarefa de desvendar, nós nos resguardamos de contestá-lo; mas o mundo dos seres vivos, tomado como um todo, em sua variedade surpreendente e na sucessão de suas fases, é também um objeto de alguma importância, digno de estar sujeito à leis gerais e de manifestar um pensamento fundamental. Aqui também salientou-se, muitas vezes com uma grande aparência de razão, as ideias de unidade de plano e de composição orgânica, a ideia de um progresso ou de uma aperfeiçoamento gradual do organismo, seja pelo desenvolvimento do indivíduo, seja na série das espécies simultaneamente existentes, seja na aparição sucessiva de espécies e na substituição de umas pelas outras. Mas, de todas essas ideias das quais nenhuma deve-se desprezar nem rejeitar absolutamente, nenhuma é a expressão adequada e completa dos fatos, nenhuma pode servir de base a um sistema inatacável, nenhuma dá a chave universal, a verdadeira e soberana fórmula do artesanato divino, a qual ultrapassa provavelmente a ordem de nossas ideias, de nossas observações e de nossos raciocínios. Aqui, fazemos delas um emprego feliz, lá elas parecem falhar; elas servem de fio condutor para certas partes do sistema mais do que para o próprio sistema; a ligação está nos capítulos em vez de no conjunto do livro, tanto quanto podemos decifrá-lo. Ao lado de numerosas e inegáveis marcas de progresso, há sintomas de regressão locais e parciais. Se for preciso reconhecer leis inteligíveis ou misteriosas, há também o capítulo dos acidentes; e não é um capítulo à parte, mas um capítulo intimamente misturado à história inteira. De qualquer modo, não há naturalista que não considere como vã e





quimérica a pretensão de construir de saída uma filosofia da natureza, pela virtude de certos princípios lógicos, de pretensos dados imediatos da razão, de forma a fazer jorrar toda ciência suprema, chamada a filosofia, no lugar de se elevar pacientemente à filosofia de acordo com as induções que os dados da ciência fornecem. Não ousaríamos levar tão longe o esquecimento de outros princípios aos quais é devido, há três séculos, o progresso real do espírito humano.<sup>7</sup>

Ora, não deve ser o mesmo acerca da teleologia da história ou da filosofia da história, como normalmente a entendemos? É preciso com Hegel “começar com a suposição que, na história do mundo, o espírito, na realidade, se manifesta sob uma série de formas das quais cada uma nos mostra um povo realmente existente”? Mas, por que essa suposição? E, se ela exprime outra coisa do que essa verdade banal, que os traços dominantes do espírito de um povo mostram-se na sua história, o que ela exprime? Teremos nós lançado muita luz na história, por que teremos dito com este grande filósofo que “para os persas, o indeterminado se torna inteligível na luz”? Ou como preferiríamos com o Senhor Cousin “anistiar a história em todos os pontos de sua duração”; dizer que no Oriente tudo é sacrificado ao infinito; que na antiguidade greco-latina, o infinito provoca a antítese do finito, e que, neste momento o finito e o infinito estão em presença? Graças ao prestígio da *ação*, tais descobertas puderam causar aplausos ao redor de uma cadeira, mas elas são sem valor perante a crítica, isto é, perante a boa filosofia.

Que se, em vez de vermos na história da humanidade e da civilização uma espécie de epopeia na qual alguns povos de elite tem cada um seus papéis distintos, na qualidade de representantes de uma ideia, assumimos com Vico leis constantes, aplicáveis à história de cada povo, de cada época em particular, e que nelas determinam a repetição das mesmas fases em uma ordem invariável, de forma parecida como os eclipses retornam em um ciclo luni-solar, nos afastaremos ainda muito mais da ideia que devemos nos fazer da história da filosofia. Porque, nesta suposição, a própria palavra filosofia seria inapropriada. Teríamos descoberto uma teoria, uma ciência, uma fisiologia da história. A história teria alcançado a eliminação do fortuito, do acidental, do fato propriamente dito, para não ter mais a considerar do que leis permanentes e imutáveis. Ora, tudo isso está

---

<sup>7</sup> Veja, na *Carta de Alex de Humbolt a Varnaghen* (ed. francesa de 1860), a carta de 28 de abril de 1841, onde o homem velho e cáustico escarnece “Aqueles alegres saturnais, o baile mascarado dos mais extravagantes filósofos da natureza, naquele triste tempo em que a Alemanha tinha descido muito abaixo da Inglaterra e da França, e onde se fazia química sem se molhar as mãos...” – Sabe-se que a Alemanha há muito tempo que já não está nessa situação, e a França não deveria retomar por sua conta as ideias que a Alemanha já não quer.



*Recebido em: 13/11/2020*

*Aprovado em: 01/12/2020*

*Publicado em: 20/12/2020*

em desacordo total com o que aprendemos com o estudo da história, abordado sem preocupações sistemáticas, como tentaremos mostrar no capítulo seguinte.